

## A crise em primeira e terceira pessoa

*Leandro Terra Adriano<sup>2</sup>*

Você anda por uma avenida movimentada acompanhado e, como de costume, uma pessoa visivelmente maltratada te pede dinheiro para comer ou comprar uma passagem de ônibus. Você ajuda com alguma soma que carrega na carteira e deseja boa sorte. Após a debandada do pedinte, ouve da pessoa ao seu lado em um tom de esperteza, algo como: “você acreditou nessa história? Ele vai comprar bebida.” A sua resposta pode ser “tanto faz”. É impossível saber as razões do pedinte, e a não ser que um (súbito) moralismo antialcoólico nos faça mover uma auditoria sobre os gastos dos pedintes, só nos resta praticar esta cega e efêmera generosidade.

Para um cidadão comum que ouve falar de “crise”, é desprezível a possibilidade de averiguar, por si só, o que realmente se passa com as contas públicas, com os humores do mercado, e com o jogo legislativo e partidário, a tempo de se posicionar através da cega e efêmera democracia bial. “Sentimos a crise” através de, no máximo, duas experiências: o mercado de trabalho e o poder de compra. O primeiro indica se nós, nossos amigos e familiares estão empregados ou desempregados (se você for um empresário, pense na capacidade de empregar como função das vendas e dos custos). Pesa a possibilidade de mudança diagonal (mudar de carreira), de ascensão vertical (ser promovido, ganhar mais, vender mais), ou ao menos a segurança de continuar trabalhando. Já a experiência do poder de compra nos diz o que de fato podemos comprar com a moeda em mãos, o que geralmente é sentido nos supermercados antes de se tornar um valor oficial de inflação. Adicionaria aí, também, a facilidade de se contratar crédito (acompanhada da dificuldade de se pagar dívidas corrigidas por juros). Fora isso, toda informação adicional é terceirizada aos jornais e outras mídias, porta-vozes de governo e oposição, organismos internacionais, burocracias nacionais, pesquisadores acadêmicos, associações empresariais, consultorias privadas e os mecanismos de avaliação de riscos das instituições financeiras. Cada uma dessas fontes é movida por um interesse parcial e isso acontece menos

---

<sup>2</sup> Mestrando e bacharel em Relações Internacionais. Contato: [leandroterra.bh@gmail.com](mailto:leandroterra.bh@gmail.com)



por má fé do que pela objetividade analítica oferecida aos seus distintos públicos-alvo e clientes. Além disso, todos eles sofrem da incapacidade de prever o futuro ou de ao menos ter uma visão definitivamente holística – que enxerga o “todo”.

Com o tom do problema dado, resolvi reunir algumas percepções a respeito da crise brasileira que vem sendo “sentida” desde as últimas eleições e durante este quinto ano da presidência de Dilma Rousseff. Por incrível que pareça, tive mais sucesso do que ao tentar ler as mentes dos pedintes da cidade.

O grupo dos que podemos chamar de “monetaristas” acaba de atingir o limite de suas expectativas: ontem<sup>3</sup> a agência de avaliação de riscos para investidores *Standard&Poors* (S&P) rebaixou a nota do Brasil de BBB- (grau mínimo no patamar de economias em que é viável investir) para BB+ (primeiro passo em um nível em que já não é mais interessante investir). Tal medida ocorreu nove dias após o envio da proposta orçamentária da presidência ao Congresso, levando em conta um déficit primário para 2016, ou seja, uma situação em que os gastos do governo superam a arrecadação tributária. Assumir um déficit significa aumentar impostos para se endividar menos e também a taxa de juros para controlar a inflação – beneficiando o investidor em poupança – e assim desestimular intensamente a criação de empregos durante alguns meses, acalmando o setor financeiro e vislumbrando uma retomada futura do crescimento.

Isso é curioso pois contraria os interesses populares para tentar reconquistar a confiança dos investidores – que fazem uma “greve de investimentos”, o que parece não ter dado muito certo. Essa base popular, que podemos chamar de “base social do PT”, sente-se traída ao ver Dilma tomando medidas de ajuste voltadas para reestabelecer a confiança do mercado em detrimento de gastos públicos com projetos sociais, o que já era esperado com a nomeação de Joaquim Levy – profissional do mercado de capitais – como Ministro da Fazenda.<sup>4</sup> Verbas para pesquisa científica

<sup>3</sup> <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sep-tira-o-grau-de-investimento-do-brasil,1759270>>

<sup>4</sup> <<http://app.folha.uol.com.br/#noticia/561661>>



foram reduzidas<sup>5</sup>, o pagamento das construtoras no programa Minha Casa Minha Vida está atrasado<sup>6</sup> e experimentos como a economia solidária no setor agrícola estão ameaçados<sup>7</sup>.

Acontece que, para além das contas públicas<sup>8</sup>, agências como a S&P se importam com o risco político e a qualidade institucional de um país. Para os investidores, pior do que um governo soberano demonstrar insolvência (incapacidade de pagar suas dívidas), é que ele simplesmente se recuse a dar maiores satisfações sobre isso, como fez a Argentina. Nesse sentido, as instituições de um país são avaliadas quanto a sua primazia da lei (o quanto contratos são respeitados em função das garantias de um Poder Jurídico idôneo e eficiente), seu nível de corrupção, descentralização (poder distribuído aos níveis estaduais e municipais, ao invés da concentração nas mãos do governo federal) e democratização. Na última edição do *Global Competitiveness Report*, do Fórum Econômico Mundial, o Brasil aparece com uma nota de 3.2 para “instituições públicas”, sendo 7 o melhor cenário.<sup>9</sup> No âmbito estritamente político, a situação é confusa: além da pressão pelo Impeachment de Dilma, o próprio presidente da Câmara dos Deputados – e grande opositor da sucessora de Lula – Eduardo Cunha, corre o risco de perder o cargo devido a acusações de receber propinas de fornecedores de tecnologia naval à Petrobras.<sup>10</sup>

Outras situações influenciam o mau desempenho econômico, como a queda dos preços do minério ferro e a redução dos grandes volumes de compras chinesas. Há consciência, porém, que o capital circulante (de fácil mobilidade de um negócio para outro) existe dentro e fora do país, e, portanto, a crise é “de confiança”. De pequenos a grandes empreendedores, a incerteza do cenário político é grande demais para assumir os riscos de expansão dos negócios. Entretanto, nenhuma crise prejudica a todos. É previsível que o dólar em alta beneficie a exportadores, e há também aqueles que por alguma excentricidade do negócio ou brilhantismo gerencial, conseguem

<sup>5</sup> <<http://ciencia.estadao.com.br/blogs/her-ton-escobar/ciencia-brasileira-entra-em-cri-se-com-perda-de-recursos>>

<sup>6</sup> <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/164/demora-do-governo-para-quitar-pagamentos-da-faixa-1-do-338814-1.aspx>>

<sup>7</sup> <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/governo-federal-tenta-demitir-paul-singer>>

<sup>8</sup> <<http://mercadopopular.org/2015/09/manual-para-entender-o-deficit-orcamentario-como-negligenciar-a-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-o-maior-anti-programa-social>>

<sup>9</sup> <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/economies/#economy=BRA>>

<sup>10</sup> <<http://mercadopopular.org/2015/08/e-se-cunha-cair-a-disputa-pela-presidencia-da-camara-e-o-impeachment/>>



prosperar.<sup>11</sup> Enfim, não é uma questão de “tanto faz”, mas de se desdobrar da primeira pessoa - os legítimos interesses individuais - e observar a situação nacional como ela exige que seja observada: em segunda e terceira pessoa, ou seja, o conflito dos interesses de todos.

---

<sup>11</sup> <<http://www.cartacapital.com.br/revista/863/com-eles-nao-tem-crise-4018.html>>

